

ANO MMXXVI

Quarta-feira, 13

Empresas correm para garantir créditos tributários antes do fim do PIS/Cofins em 2026

A proximidade do período de extinção do PIS/Cofins pela reforma tributária está levando empresas a se movimentarem por uma reorganização financeira na qual um dos focos é a recuperação de créditos tributários. A revisão faz parte de um escopo amplo de priorização por liquidez e caixa. Dados exclusivos levantados para o InfoMoney pela assessoria empresarial Valestrá com atuação

em consultoria tributária, mostram que 64% da demanda empresarial esteve concentrada em soluções ligadas a liquidez e caixa em 577 contratos fechados entre janeiro e março de 2026. Desse total, 50% buscam soluções de revisão fiscal e previdenciária, (...), revisão de pagamentos indevidos e alternativas de eficiência relacionadas à folha. Fonte: InfoMoney



Produtos e serviços são destaque da reputação do Brasil, diz pesquisa

A qualidade de produtos e serviços é um dos atributos mais fortes de imagem e reputação do Brasil, segundo pesquisa adiantada com exclusividade à CNN Brasil sobre a Marca Brasil da plataforma de consultoria portuguesa OnStrategy. (...) Foram entrevistados pela OnStrategy 192.400 brasileiros e 278.200 estrangeiros de forma online – entre cidadãos, executivos de empresas, jornalistas, influenciadores e autoridades entre outubro de 2025 e março de 2026. Fonte: CNN Brasil

Durigan: Brasil discutirá guerra e minerais em reuniões do Brics e G7

Os impactos econômicos das guerras no Oriente Médio e na Ucrânia e as negociações sobre minerais críticos serão os principais temas discutidos pelo Brasil nas reuniões do Brics e do G7, disse nesta terça-feira (12) o ministro da Fazenda, Dario Durigan. Em entrevista ao programa Na Mesa com Datena, apresentado pelo jornalista José Luiz Datena na TV Brasil, Durigan também detalhou que as negociações incluirão investimentos estratégicos e segurança energética. Fonte: Agência Brasil

Vereadores fazem “protocolo” de projetos pelo fim da escala 6x1

Vereadores de diferentes regiões do Brasil articularam-se, nesta terça (12), para fazer o que eles chamaram de “protocolo” de projetos legislativos pela redução da jornada de trabalho no setor público municipal, incluindo o fim da escala de seis dias trabalhados para um de descanso, a escala 6x1. A mobilização foi encabeçada pelos vereadores do PT Luna Zarattini (São Paulo/SP), Pedro Rousseff (Belo Horizonte/MG), Kari Santos (Recife/PE), Brisa (Natal/RN), Maíra do MST (Rio de Janeiro/RJ) e Eduardo Zanatta (Balneário Camboriú/SC). Fonte: Agência Brasil

Uso de IA na saúde chega a 18% dos estabelecimentos do país

A utilização de inteligência artificial (IA) no setor da saúde já atinge 18% dos estabelecimentos brasileiros de atendimento - 11% dos públicos e 21% dos privados. Os dados, divulgados nesta terça-feira (12), referem-se a 2025, e são da 12ª edição da pesquisa TIC Saúde, do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), que entrevistou 3.270 gestores de estabelecimentos de saúde no país. Fonte: Agência Brasil

TRT-GO reconhece horas extras por cursos obrigatórios realizados fora da jornada de trabalho

O TRT-GO decidiu que o tempo dedicado por empregado bancário à realização de cursos obrigatórios fora do expediente deve ser remunerado como horas extras. O colegiado entendeu que, comprovada a exigência dos treinamentos e a inviabilidade de sua realização durante a jornada normal, o período configura tempo à disposição do empregador, nos termos do artigo 4º da Consolidação das Leis do Trabalho.

Fonte: Granadeiro Advogados

Registro de posto de saúde confirmou fraude em atestado de empregado demitido por justa causa

A Segunda Turma do TRT-RN manteve a demissão por justa causa de um auxiliar de carga e descarga de uma empresa de serviços ambientais. O ex-empregado foi dispensado sob a acusação de ato de improbidade após adulterar a data de um atestado médico para justificar uma falta ao trabalho. A empresa alegou que o ex-funcionário apresentou um atestado com a data de 18/07/2024. No entanto, ao conferir o livro de atendimentos da unidade de saúde, constatou-se que o atendimento ocorreu, na verdade, no dia 19/07/2024. Fonte: Granadeiro Advogados

TRT-MG mantém indenização por acesso a mensagens privadas de empregada e divulgação no ambiente de trabalho

Os julgadores da Quarta Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT-MG) mantiveram a condenação de uma empresa do ramo hospitalar ao pagamento de indenização por danos morais em razão do acesso, registro e compartilhamento interno de mensagens pessoais de uma trabalhadora obtidas por meio do “WhatsApp Web” em computador corporativo. Fonte: Granadeiro Advogados